

## A JUSTIÇA COMO FUNÇÃO MORAL

Taís Regina Chiodelli \*

Este trabalho objetiva compreender, por entre a fundamentação do ideal transcende de universalidade e necessidade no imperativo categórico de Kant - apresentada como função subjetiva a todo o desenvolvimento moral - a condição pressuposta de não contingência que inicia toda a liberação em vista de um ato justo e moralmente correto, e que, por fim, derivará a condição a priori para uma ação. A partir deste ponto, trataremos do conceito de justiça que será delineado junto à análise dos preceitos éticos, designados por Kant, como necessários para toda ação moral. Nosso artigo estrutura-se, num primeiro momento, a fazer uma análise reconstruindo a argumentação presente na obra *Metafísica dos costumes*, a fim de compreender a função a priori de todo conhecimento nas ações morais. A partir disso, tratar-se-á a concepção de virtude que necessita seguir a condição de poder ser universalizada. A hipótese aqui levantada, pretende com isso, mostrar que o caráter virtuoso se estenderá ao caráter cognitivo a priori relacionado na condição de necessidade universal para todo conhecimento, uma vez que, a deliberação transcende ao ideal do que se deve fazer. Isso será feito a partir da concepção de “dever ser” trabalhada por nosso autor no que tange a concepção de virtude. Por fim, à luz da argumentação proposta, mostraremos a necessidade não contingente que está pressuposta na crítica de Kant, tentando reestruturar o conceito de justiça subentendido na máxima de “como se deve ser” exposto junto ao que, segundo o autor denomina, de lei moral universal.

**Palavras-chave:** moral; universalidade; justiça; virtude; dever ser.

---

\* Acadêmica do curso de Filosofia- Projeto: Fundamentação moral da justiça:solidariedade , respeito e dignidade, edital 003/ PROPEG/2010, linha de pesquisa: Filosofia/Ética. Universidade Federal da Fronteira Sul. [tais\\_uf@hotmail.com](mailto:tais_uf@hotmail.com)